

## Acórdão nº 9.557/2016/Plenário-TCE/AC

**NATUREZA DO FEITO:** Processo nº 18.895.2014-90-TCE (C/ 05 Anexos)  
**ASSUNTO:** Prestação de Contas da Defensoria Pública do Estado do Acre, exercício de 2013.  
**RESPONSÁVEL:** Senhor **Dion Nóbrega Leal**  
**RELATOR:** Conselheiro **José Augusto Araújo de Faria**  
**VOTO VENCEDOR:** Conselheiro **Valmir Gomes Ribeiro**

Prestação de Contas. Defensoria Pública do Estado do Acre. Falta de profissional responsável pela área contábil. Guarda de um micro-ônibus em lugar inadequado. Regularidade com ressalvas.

Vistos, relatados e discutidos os autos do processo acima identificado, ACORDAM os Membros do Tribunal de Contas do Estado do Acre, **por maioria**, nos termos do voto do Conselheiro Valmir Gomes Ribeiro, seguido pelos Conselheiros Antonio Jorge Malheiro, Antonio Cristovão Correia de Messias, Ronald Polanco Ribeiro e a Conselheira Dulcinéa Benício de Araújo, com fulcro nos artigos 36, I e 51, inciso II, da LCE nº 38/93, considerar **regular com ressalvas**, a Prestação de Contas da Defensoria Pública do Estado do Acre, referente ao exercício de 2013, de responsabilidade do Senhor **Dion Nóbrega Leal**, Defensor Público Geral, valendo como ressalvas: **a)** a falta de profissional responsável pela área contábil e; **b)** guarda de um micro-ônibus em lugar inadequado. Após as formalidades de estilo, sejam os autos arquivados. **Vencido**, integralmente, o Relator que votou pela: **1)** considerando irregular a Prestação de Contas da Defensoria Pública do Estado do Acre, referente ao exercício de 2013, de responsabilidade do Senhor Dion Nóbrega Leal – Defensor-Geral à época, com fundamento nos arts. 36, inciso I, e 51, inciso III, alínea “b”, da Lei Complementar nº 38/93, em face de grave infração à norma legal ou regulamentar de natureza contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial; **2)** pela condenação do Senhor Dion Nóbrega Leal – Defensor Público-Geral à época, ao pagamento de multa sanção prevista no art. 89, inciso II, da Lei Complementar Estadual nº 38/93, no valor de R\$ 7.140,00 (sete mil, cento e quarenta reais), por ato praticado com grave infração à norma legal ou regulamentar de natureza contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial.

**Sala das Sessões do Tribunal de Contas do Estado do Acre  
Rio Branco – Acre, 16 de junho de 2016**

Conselheira **NALUH MARIA LIMA GOUVEIA**  
Presidenta do TCE/AC

**(Acórdão nº 9.557/2016/Plenário-TCE/AC – FL. 02)**

Conselheiro **VALMIR GOMES RIBEIRO**  
Voto Vencedor

Fui presente:

**MARIO SÉRGIO NERI DE OLIVEIRA**  
Procurador-Chefe do MPE/TCE/AC